

DIREITO COMERCIAL

Licenciatura em Solicitadoria

Licenciatura em Solicitadoria (Pós-Laboral)

Código: 16309

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Empresariais

Docente: Sara Maria Pires Leite da Silva

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 60h Carga Trabalho: 108h

ECTS: 6,0

Objetivos

Pretende-se preparar os alunos para a compreensão do regime dos Atos de Comércio e dos Comerciantes, assim como para a elaboração e análise dos principais contratos e instrumentos jurídico comerciais. Em particular, são objetivos da UC:

- 1) Compreender o regime geral dos Atos de Comércio e Comerciantes;
- 2) Reconhecer o regime jurídico que envolve os contratos sobre o Estabelecimento Comercial;
- 3) Conhecer o enquadramento legal associado aos Sinais Distintivos do Comércio;
- 4) Identificar e distinguir os diferentes Títulos de Crédito: letras, livranças e cheques;
- 5) Conhecer e compreender o regime da Insolvência e Recuperação de Empresas.

O objetivo é, sobretudo, dotar os estudantes dos conceitos, instrumentos jurídicos e ferramentas base para, no âmbito profissional, saberem responder adequadamente às principais necessidades do mundo empresarial.

Resultados da Aprendizagem

Os estudantes devem ser capazes de aconselhar os seus clientes quanto ao regime jurídico dos Atos de Comércio, dos Comerciantes e das Empresas. Mais, devem ser capazes de minutar e analisar contratos sobre o Estabelecimento Comercial, bem como aconselhar os clientes sobre o modo de utilização de Sinais Distintivos de Comércio e preencher adequadamente Títulos de Crédito, conhecendo as implicações jurídicas desse preenchimento. Devem, ainda, adquirir noções essenciais sobre Insolvência e Recuperação de Empresas.

Conteúdos Programáticos

CAPÍTULO I - Introdução

1. Caracterização do Direito Comercial.

1.1. Origem e evolução histórica do Direito Comercial Português.

1.2. Conceito de Direito Comercial: noção, autonomia e características fundamentais.

2. Fontes do Direito Comercial

CAPÍTULO II – Atos de comércio (Teoria Geral)

1. Noção de ato de comércio.

2. Atos de comércio objetivos e subjetivos.

3. Atos de comércio bilaterais e atos de comércio unilaterais.

4. Atos de comércio autónomos e atos de comércio acessórios.

5. O Regime Jurídico Especial dos atos de comércio.

CAPÍTULO III – Os Comerciantes

1. Sujeitos qualificáveis como comerciantes.

2. Sujeitos não qualificáveis como comerciantes.

3. Estatuto dos comerciantes.

3.1. Firma.

3.2. Escrituração mercantil.

3.3. Prestação de contas.

3.4. Registo comercial.

3.5. Responsabilidade pelas dívidas do comerciante casado.

CAPÍTULO IV – Empresas Comerciais

1. Conceito(s) de empresa.

2. Empresas em sentido subjetivo.

3. Empresas em sentido objetivo.

4. Negócios sobre o estabelecimento comercial.

4.1. Introdução.

4.2. Negócios sobre o estabelecimento e direito ao imóvel em que se encontra instalado.

4.3. Arrendamento Comercial.

4.4. Trespasse.

4.5. Locação de estabelecimento comercial.

5. Insolvência de empresas.

5.1. Pressupostos da declaração de insolvência.

5.2. Efeitos da declaração de insolvência.

CAPÍTULO V – Sinais Distintivos do Comércio

1. Introdução.

1.1. Propriedade Intelectual e Propriedade Industrial.

1.2. Conceito e funções da Propriedade Industrial.

1.3. A proteção conferida pela atribuição de direitos exclusivos.

1.4. A repressão da Concorrência Desleal.

1.5. Principais figuras da Propriedade Industrial.

2. Sinais Distintivos do Comércio:

2.1. Patentes de Invenção e Modelos de Utilidade.

2.2. Marcas.

2.3. Logótipos.

2.4. Denominações de Origem e Indicações Geográficas.

2.5. Recompensas.

3. Concorrência desleal.

3.1 Atos de Concorrência Desleal.

CAPÍTULO VI – Títulos de Crédito

1. Conceito, função, características.

2. Letra de câmbio.

3. Livrança.

4. Cheque.

Bibliografia Recomendada

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, Curso de Direito Comercial, Volume I, 13.^a ed., Almedina, Coimbra, 2022.

CORREIA, Pupo, Direito Comercial, 14.^a ed., Ediforum, Lisboa, 2018.

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, Manual de Direito da Insolvência, 8.^a Ed., Almedina, Coimbra, 2022.

FURTADO, Jorge Pinto, Títulos de Crédito, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2016.

GONÇALVES, Luís Couto, Manual de Direito Industrial - Propriedade Industrial e Concorrência Desleal, 10.^a ed., Almedina, Coimbra, 2023.

OLAVO CUNHA, Paulo, Direito Comercial e do Mercado, 3.^a ed., Almedina, 2021.

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

A matéria objeto do programa da unidade curricular corresponde àquela que se afigura essencial às competências próprias de um Solicitador ou profissional do Direito no âmbito do Direito Comercial.

A perspetiva é sempre colocada nos atos que se inserem nas competências profissionais futuras e na atividade típica e mais relevante dos comerciantes e das empresas.

Nesse sentido:

- O capítulo I corresponde a uma introdução histórica e dogmática da disciplina de direito comercial;
- Os capítulos II e III visam satisfazer o objetivo 1) da Unidade Curricular;
- O capítulo IV visa satisfazer o objetivo 2) e 5) da Unidade Curricular;
- O capítulo V visa satisfazer o objetivo 3) da Unidade Curricular;
- O capítulo VI visa satisfazer o objetivo 4) da Unidade Curricular.

Métodos de Avaliação

Avaliação contínua e periódica

Os elementos de avaliação contínua são os seguintes:

1.^o Teste de Avaliação (40%) + 2.^o Teste de avaliação (60%)

Será exigida a obtenção de uma classificação mínima de 7 (sete) valores nos dois elementos/momentos de avaliação, para aprovação na unidade curricular.

A classificação final será obtida na sequência da soma das notas parciais alcançadas em cada um dos elementos da avaliação contínua, em função da ponderação atribuída ao mesmo.

Nos testes apenas é permitida a consulta de legislação sem anotações.

As datas dos testes serão divulgadas oportunamente pela Direção de Curso.Épocas de exames

A avaliação na época de exames do 2.º semestre resultará exclusivamente da realização de uma prova escrita global (100%).

Melhoria de nota

As provas de melhoria de nota nas épocas de exames serão exclusivamente compostas por um exame global escrito (100%).

Estudantes em mobilidade

Os estudantes ERASMUS que não falem português poderão optar por ser avaliados pela realização de um trabalho de investigação.